

OS SENTIDOS DOS CONCEITOS CHAVE DO AMBIENTALISMO NA REVISTA “NOVA ESCOLA”

*(The meanings of key words of environmentalism
in the journal “Nova Escola”)*

Sandra Lestinge¹

(Universidade Federal do Piauí – UFPI)

Roberto Lestinge²

(Universidade Estado de São Paulo – USP)

ABSTRACT

We want to comment on, the light of ecocriticism, the appropriateness of the use of some scientific concepts chiefly in the areas of Biology and Ecology, common in environmental discourse and for the defense of nature, present in the magazine “Nova Escola”, directed to Basic Education (in Brazil). We sought in the texts, examples of educational practices carried out outside the school environment, the studies of the environment, because they have an indisputable pedagogical function, when using ‘nature’ for deepening of content and technical and scientific concepts. The experiences/activities in nature are educational for themselves and may contribute to the understanding of the complexity that involves different levels of degradation; therefore, it is expected to contribute to the knowledge of the readers/educators on the environment. In general, the reports corresponded to the principles proposed by the magazine to support, upgrade and qualify both teacher and education; however some concepts have their denotative meaning confused with others; besides, common terms of discourse are derived from scientific concepts and, although present in the mass media, are treated superficially, suggesting a theoretical and methodological distancing, making it difficult for the proactive, civic attitude.

-
1. Doutora em Recursos Florestais pela ESALQ/USP, Profa. Adjunta da UFPI/CPCE. Zootecnista e educadora ambiental.
 2. Jornalista, doutorando em Letras pela USP.

Keywords: *ecocriticism, environment, environmental issues, mass media, intervention.*

RESUMO

Pretende-se comentar, à luz da ecocrítica, a adequação do uso de alguns conceitos científicos principalmente das áreas da Biologia e Ecologia, comuns no discurso ambientalista e de defesa da natureza, presentes na revista “Nova Escola”, direcionada ao Ensino Básico. Buscou-se nos textos exemplos de práticas educativas realizadas fora do ambiente escolar, os estudos do meio, pois têm uma função pedagógica incontestável, ao utilizarem a “natureza”, para aprofundamento de conteúdos e conceitos técnicos e científicos. As experiências/atividades no ambiente natural são educativas por si e podem contribuir para a compreensão da complexidade que envolve diferentes níveis de degradação, portanto, é esperado que sejam úteis para o conhecimento dos leitores/educadores sobre o meio ambiente. De maneira geral, as reportagens corresponderam aos princípios propostos pela revista de apoiar, valorizar e qualificar o professor e a educação; no entanto alguns conceitos têm seu sentido denotativo confundido com outros; além disso, termos comuns do discurso ambientalista derivam de conceitos científicos e, apesar de presentes na mídia de massa, são tratados superficialmente, sugerindo, distanciamento teórico e metodológico, dificultando a postura pró ativa, cidadã.

Palavras-chave: *ecocrítica, meio ambiente, questão ambiental, mídia de massa, intervenção.*

Introdução

O presente trabalho objetiva apresentar e discutir algumas reportagens, veiculadas pela “Revista Nova Escola”, periódico específico voltado para a área da Educação Básica e publicado pela Editora Abril.³ Trata-se de reportagens que apresentam uma prática educativa conhecida por “estudos do meio”.⁴ Ainda que pouco

3. Foi concebido junto a Flávia Rossi para obtenção de créditos na disciplina de “Imagens da natureza na mídia” na ESALQ/USP em 2002. A presente versão foi revisada, aprofundada e apresentada no I Encontro Brasileiro de Ecolinguística.

4. Sobre “estudos do meio” há uma interessante revisão de literatura feita por Lestingi; Sorrentino (2008).

utilizada pelas escolas e por professores – mesmo sendo excelente recurso didático e pedagógico – a temática das reportagens suscitou, nesta proposta, uma análise da forma de abordagem à luz da ecocrítica.

A temática ambiental vem conquistando espaço nos diferentes meios de comunicação e na mídia de massa. No Brasil, ganhou espaço principalmente durante e após a Conferência Rio 92, que aconteceu em 1992 na cidade do Rio de Janeiro quando se reuniram, em diferentes fóruns, sociedade civil organizada, representantes dos governos de centenas de países, organizações não governamentais. Entretanto, desde a década de 1960 desencadearam-se diferentes instrumentos (como o livro de Rachel Carson, *Primavera Silenciosa*, e o movimento da contracultura) que fizeram menção à necessidade de se construir uma pauta de discussão e enfrentamento dos problemas gerados pelo crescimento econômico e populacional em detrimento da qualidade de vida.

Assim, ao analisar uma publicação passados quase dez anos após a Rio 92, e as terminologias utilizadas nas reportagens, notamos que ainda há dificuldades em se relacionar/comunicar corretamente os conceitos postos pela ciência, Biologia e/ou Ecologia. A dificuldade de se empregar adequadamente os conceitos específicos pode revelar certo descuido do repórter ou editor e pode ser um fator que leve a questão ambiental a ser mais um cenário de indefinições ou de indeterminações, em contradição com a urgência que a realidade determina. Talvez, pelo fato de o assunto estar disseminado cotidianamente na mídia, as suas referências nem sempre estão de acordo com os sentidos propostos no meio científico. Assim, defende-se que deveria haver este cuidado, de se falar com propriedade ou com a ajuda de especialistas como ocorre de modo geral, por exemplo, com Economia, Astronomia e Climatologia a fim de informar com mais consistência a exposição das ideias, dos fatos. Uma comunicação de qualidade é fundamental para o cidadão.

A importância de uma análise crítica e do sentido contextual de um termo foi muito bem apresentada por Freire (1992) ao praticamente exaurir as dimensões de “extensão” e suas conexões

com a necessidade de comunicação entre o especialista, no caso um engenheiro agrônomo educador-extensionista e o camponês. O autor postula que educar e educar-se (numa prática libertadora) é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem (e assim sabem que sabem algo e podem chegar a saber mais) em diálogo com aqueles que quase sempre pensam que nada sabem, transformem seu pensar (que nada sabem) em saber que pouco sabem e assim, igualmente, virem a saber mais (Freire, 1992: 25).

Seguindo as premissas de que as reportagens da “Nova Escola” devem servir aos propósitos de: levar conhecimento e informação aos leitores/professores sobre o meio ambiente; incentivar atitudes responsáveis; valorizar a prática de estudos do meio e trazer clareza e explicitação dos conceitos científicos ligados à natureza⁵, buscou-se analisar os termos mais frequentes e ligados à questão ambiental e ao Ensino Básico: aprender, ecossistema, educação ambiental, entorno, meio ambiente, preservação, projeto interdisciplinar, realidade. As variantes dos termos também foram consideradas, como, por exemplo: aprendizagem, micro ecossistema, preservado.

Desenvolveu-se a pesquisa de modo a responder algumas perguntas, tais como: *qual a importância da ‘mídia de massa’ frente a esses desafios?*⁶; *a mídia de massa tem interesse em utilizar discurso e linguagem em prol da “natureza” e em um meio ambiente ecologicamente equilibrado, socialmente justo, economicamente viável?*; *qual o estado da arte da discussão ambiental nesse veículo?*; *quais as contribuições da ecocrítica para, além do discurso ambientalista, consolidar atitudes e apontar responsabilidades?*

Como objetivos específicos, buscou-se apresentar, à luz da ecocrítica, uma análise qualitativa e quantitativa de termos comuns no discurso ambientalista em 14 reportagens, publicadas entre

5. Segundo Lesting; Sorrentino (2008, p. 617) “o conceito de natureza se modifica em função do espaço, da cultura e do tempo; sendo fruto de uma construção/ conhecimento que ainda está se processando no ocidente, que ora a distancia, ora a aproxima do ser humano.

6. Mídia de massa refere-se ao conjunto dos meios de comunicação e seus produtos destinados ao grande público, produtos geralmente estandardizados. Jornais, revistas, televisão, rádio, internet...

2000 e 2002, na *Revista Nova Escola*. E, para elucidar a temática ambiental e da ecocrítica, procedeu-se a uma revisão de literatura, como segue.

2. Revisão da literatura

A interface entre o discurso ambientalista (sob a ótica da mídia de massa) e a ecocrítica tem sido apresentada em estudos na língua portuguesa por autores como Couto (2003) e Ramos (2009). Referindo-se à ecocrítica como “Ecolinguística Crítica”, Ramos afirma que ela:

[...] explora em planos de relevo semelhante a “língua” e o “discurso”, considerando que é aquela que, em muitas manifestações discursivas, configura um discurso não ecológico, favorecendo visões antropocêntricas do mundo e a separação e ascendência dos seres humanos face aos restantes seres vivos. (RAMOS, 2009, p. 69)

O autor sugere serem identificáveis na Ecolinguística Crítica duas linhas de orientação: uma que elege o sistema linguístico como objeto central de estudo, e outra que visa à análise discursiva e textual das manifestações verbais. Tendo com Michael Halliday e Alwin Fill as grandes referências desde a enunciação da ideia (pelo primeiro) de que a Biologia (e biólogos) não dá conta da problemática ambiental, sugerindo que especialistas em Linguística Aplicada dessem atenção aos problemas ambientais. A consolidação do termo por Fill está centrada no posicionamento antropocêntrico que o homem tem sobre a natureza, com sua visão predominantemente utilitarista, e nas possibilidades de contribuição da Linguística.

Assim, com a intenção de elucidar alguns conceitos que envolvem a questão ambiental, utilizou-se como cenário a temática das reportagens pesquisadas, os estudos do meio. Afinal, o que é educação ambiental? Quais os possíveis significados para alguns

dos termos frequentes na mídia de massa, como preservação e conservação? A intenção, aqui, está distante de elencar significados ou exaurir os conceitos ligados ao ambientalismo, mesmo porque podem ser polifônicos. Daí a importância da comunicação com responsabilidade. Assim, pretende-se mostrar a necessidade de uma postura reflexiva e contextualizada diante dos conceitos à compreensão de que vivemos num sistema complexo (Morin; Kern, 1995), e que os problemas desse porte requerem soluções também complexas.

Conforme Ramos (2009, p. 72), a linguagem tem, para o linguista, o poder de modelar a nossa consciência e pode fornecer, a cada indivíduo, a teoria que subjaz à sua interpretação e manipulação das coisas e dos seus estados. Assim, para o autor, as percepções ou perspectivas da realidade, ou os aspectos da realidade, aos quais a língua dá acesso, é que contribuem para a construção/compreensão da realidade. Para Ramos, tanto a Ecologia – no seu sentido biológico – quanto a investigação do papel da língua no desenvolvimento ou no agravamento dos problemas ecológicos podem constituir um vetor de busca de possíveis soluções para esses problemas. Certamente se coadunam Morin, Kern e Ramos, principalmente quando estes comungam o seguinte:

Trata-se igualmente de uma manifestação da visão holística das coisas e dos seus estados e a ligação íntima entre língua e mundo, a consideração de um sistema global no qual a alteração de uma parte interfere necessariamente no todo, no qual cada mudança no mundo tem efeitos na linguagem e esta tem repercussões no mundo. (RAMOS, 2009, p. 72)

Os estudos do meio podem ser formas de conexão com o mundo – local e global. Essas atividades possibilitam ao professor/educador aplicar recursos didáticos fora de sala de aula utilizando-se da natureza, ou mesmo do meio antrópico. Assim, o ambiente “extraclasse” vira espaço pedagógico, um “laboratório vivo” de forma a contribuir, com maior ênfase, para a discussão da problemática ambiental, como

ocorre com as práticas da Educação Ambiental.⁷ Acredita-se poder contribuir, com essas atividades, para a construção de sociedades mais conscientes sobre a importância de se conhecer, respeitar, conservar e preservar a natureza, e assim avançar para uma educação para a vida (Lestinge; Sorrentino, 2008). Para os autores a realização de estudos do meio precisa ser estimulada apesar das dificuldades econômicas, pedagógicas e estruturais enfrentadas pelas instituições de ensino hoje em dia. É uma técnica que precisa ter, como premissa, ensinar com responsabilidade, dinamismo, entusiasmo, resgatando-se o maravilhamento pelo aprender, pela vida, pois, afinal de contas, a crise ambiental diz respeito à sobrevivência humana na Terra.

Mais do que uma aproximação sensorial ao meio em que se está inserido, fazer uso de diferentes vivências de técnicas de interpretação da paisagem, jogos interativos, jogos cooperativos e estímulos dos sentidos (tato, visão, olfato, audição e paladar) podem ampliar o nível de consciência em relação aos nossos vínculos – de professores e alunos – com a natureza. Talvez assim passemos a compreendê-la e respeitá-la de forma mais ampla e realista, menos utilitarista e predatória ao nos apropriarmos das coisas do mundo. Além de recurso didático, os estudos do meio devem contribuir para que todos os participantes desenvolvam trabalhos em um ambiente de confiança, companheirismo e cooperação, resgatando-se, com o tempo, o significado do encantamento, tão necessário no processo de aprendizagem e para o ser humano.

Por meio de propostas que estimulem a percepção (sensorial e cognitiva) do que e de quem está a nossa volta, acredita-se poder acrescentar subsídios teóricos e práticos para que a comunidade escolar possa fazer uma reflexão sobre o conjunto das relações que compõem o meio ambiente, e de sua importância para a construção de sociedades sustentáveis, além da retórica dominante. Acredita-se ser uma possibilidade para superação do que se discorre sobre

7. Considera-se fundamental a leitura e o debate do “Tratado de educação ambiental para sociedades sustentáveis e responsabilidade global” escrito a muitas mãos antes, durante e após a Rio 92, além de outros documentos como a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) de 1999.

a questão ambiental com as reflexões contidas em Capra (1982), que discute a relação entre a crise de percepção e ambiental e a demora para a realização de mudanças que superem um modelo de desenvolvimento econômico que, acredita-se, pode colapsar todo o sistema.

As atividades em contato com a natureza e o meio ambiente ainda podem minimizar dois agravantes. O primeiro, do distanciamento cognitivo e sensorial do entorno, do cotidiano, do saber empírico provocado pelo “endurecimento” dos sentidos e evocado na mídia de massa. O segundo, das evidências das dificuldades de acesso ao conhecimento pelas “pessoas comuns”, tirando a responsabilidade do mundo que nos cerca, das possibilidades de inferir, interferir e intervir, resultando em falta de compromisso pelo distanciamento do ser humano (com seus sentidos endurecidos, amortecidos) à realidade cotidiana, à vida.

É possível verificar na obra de Boaventura de Sousa Santos (e bem apresentado em palestras proferidas na UNICAMP/SP e UnB/Brasília já há alguns anos) que as pessoas estão muito mais preocupadas e comprometidas com o futuro do que com o próprio presente. Assim, deixam de viver o “agora”; antecipam e anseiam mentalmente por um futuro, vivem para o amanhã, sem pensar no hoje, no aqui e agora, projetam-se rumo ao futuro ao irem compulsivamente às academias, às cirurgias plásticas, às dietas de todos os tipos. Segundo Ramos (2009: 81), só numa perspectiva teleológica tem sentido a ideia de implementar políticas «verdes» no presente (seriam as políticas alinhadas ao menor impacto ambiental).⁸. Isso, porque há muitas e diversificadas tonalidades no desenho de um futuro, desde o mais angelical cor de rosa ao mais dramático negro. Portanto, Ramos faz referência à cor suave se o futuro trouxer garantias de uma vida feliz e, em caso contrário, o apocalipse, a hecatombe.

8. Interessante a posição da UNESCO sobre a responsabilidade das reportagens jornalísticas investigativas, para que elas conscientizem de modo consistente e envolvam o público nas questões sobre sustentabilidade encontrada no site <http://www.unesco.org/new/pt/rio-20/building-awareness-for-green-policy/>. Acesso: 03/03/ 2013.

Certamente, a construção de um futuro melhor, mesmo que utópico, pressupõe envolvimento com a sociedade civil em intervenções encadeadas. Assim, é importante “perceber a realidade socioambiental e a paisagem para que um projeto ou ação seja qualificado/referendado pelos atores envolvidos e reconhecido por uma comunidade”, segundo Lestinge e Sorrentino (2008, p.603). Para os autores “é preciso olhar, ouvir, sentir, refletir, pensar e participar aos sujeitos para que todos se percebam pertencendo àquele grupo e, assim, conhecer para estabelecer corresponsabilidades perante as problemáticas socioambientais da contemporaneidade”. Em consonância, Demoor (2000, p.12) afirma que “quanto mais entramos em sintonia com o mundo natural, mais nos conscientizaremos de que ele é fonte de sabedoria esmagadora e que podemos aprender com ele tudo que precisamos para livrar a Terra e a nós mesmos de nosso poder de autodestruição”.

Uma inferência comum em educação ambiental é a de que toda experiência na natureza pode ser educativa e contribui para desenvolver uma consciência ambiental. Conforme Mendonça (2012), em contato com a natureza percebemos que temos uma existência em comum, propomos que o professor não ensine o que é natureza e não a descreva, mas sim relacione-se com ela e compartilhe com os alunos o que para ele faz sentido nessa experiência.⁹ Portanto, um objetivo comum em programas de educação ambiental é aumentar o conhecimento do indivíduo sobre si mesmo e o ambiente e desenvolver atitudes responsáveis.

Sobre “conservação da natureza”, pode-se utilizar o que vigora no Sistema Nacional de Unidades de Conservação.¹⁰ Trata-se do manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo

9. <http://revistaescola.abril.com.br/ciencias/fundamentos/rita-mendonca-educador-ambiental-ensina-suas-atitudes-426107.shtm>. Acesso: 14/06/2012

10. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm. Acesso: 26/08/ 2012.

a sobrevivência dos seres vivos em geral. E “preservação” como sendo o conjunto de métodos, procedimentos e políticas que visem à proteção, a longo prazo, das espécies, *habitats* e ecossistemas, além da manutenção dos processos ecológicos, prevenindo a simplificação dos sistemas naturais.

Então, mesmo para conservar (manejar) é preciso antes preservar, o que quer dizer que o grande desafio é que a conservação e a preservação se darão ao compreendermos também o prazo necessário à resiliência. Em plena época do *fast food*, é necessário um longo prazo para aprendermos sobre biodiversidade e suas inter-relações, e também longo prazo para aprendermos sobre o tempo da natureza e da mudança de paradigma.

No âmbito da legislação federal, as incumbências do Poder Público acerca da questão ambiental estão descritas na Constituição Federal de 1988, principalmente o Art. 225; já a lei nº 6.938 de 1981, voltada para a Política Nacional do Meio Ambiente, traz a sua definição.¹¹ É importante destacar que “meio ambiente”, por exemplo, é compreendido como um bem difuso, isto é, são bens de uso comum do povo, pertencem à coletividade, sendo o proprietário indeterminável, mas sua defesa cabe ao poder público e à coletividade. Cabe ainda comentar que “meio” e “ambiente” são sinônimos, pleonasmos. Parece que, para a Língua Portuguesa, é como se houvesse a necessidade de reforçar o significado.

Devemos levar em conta que os problemas ambientais da atualidade possuem raízes no modelo civilizatório da modernidade ocidental. E seus valores, inclusive o de “modernidade”, precisam ser revistos. Isso significa, segundo Sorrentino, Trajber e Braga (1995), que mudanças de valores devem passar, necessariamente, por uma reflexão a respeito da visão do ser humano sobre si mesmo e sobre a natureza, incluindo-se o exame das relações (e distanciamentos) entre o mundo humano e o mundo natural.

É necessário investir em melhorias na qualidade e quantidade dos textos e outros materiais disponibilizados aos educadores, seja pela

11. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso: 26/08/2012.

necessidade de formação continuada que nos é imposta pelo ritmo acelerado de produção e veiculação das informações na atualidade, seja pelas mudanças, que vêm ocorrendo na prática pedagógica e na sociedade, e que a escola não tem conseguido acompanhar. A inquietação faz parte do interesse pela aprendizagem, aliada às políticas públicas consistentes, renovadas e urgentes, para quem sabe viver. Isso evoca Morin e Kern (1995), para os quais foi por termos interrogados devidamente ao céu pudemos nos enraizar na Terra; e, foi por termos interrogado devidamente a Terra que podemos enraizar nela a vida. Foi por termos interrogado devidamente a vida que podemos nos enraizar nela.

2. Desenvolvimento da pesquisa

A *Revista Nova Escola*, da Editora Abril e Fundação Victor Civita, que foi criada em 1985, é vendida a preço de custo e de distribuição mensal. Sem fins lucrativos, a fundação “tem como objetivo contribuir para a melhoria da qualidade da Educação Básica do Brasil, produzindo conteúdo que auxilie na capacitação e valorização de professores e gestores e influencie políticas públicas” (2012, p.16). Os meios de contato, atualmente, são pelo próprio *site*, *Facebook*, *e-mail*, *Orkut*, telefone, *Twitter* e cartas.

Para obtenção dos dados, percorreu-se uma sequência de estratégias de “aproximação” à *Revista Nova Escola*. Primeiramente, realizou-se uma pesquisa pela Internet no site oficial, ocasião em que nos foi possível observar que o site apresenta muito mais do que as edições impressas.¹² A página central disponibiliza no índice principal “Educação Infantil” um subíndice de roteiro didático “Natureza e sociedade”; nos índices “Ensino Fundamental 1” e “Ensino Fundamental 2” apresentam “Vida e ambiente”; seguem os índices “Planos de aula”, “Gestão escolar” e “Políticas públicas”. Além disso, há textos mais aprofundados sobre outros temas, entrevistas em vídeo

12. <http://revistaescola.abril.com.br/>. Acesso em 26 de agosto de 2012.

e áudio, muitos documentários instrutivos sobre diferentes assuntos e as versões impressas desde 2006.

O contato visual com a revista impressa foi feito com as edições de 2000 a 2002, buscando-se reportagens ligadas aos estudos do meio. Dentre as 30 edições disponíveis selecionaram-se 14 reportagens, consideradas representativas pelo seu conteúdo. Seguiram-se várias leituras detalhadas de modo a preparar e organizar o material para análise. Para tanto, buscaram-se os termos ligados à temática ambiental que mais apareciam, que foram quantificados e posteriormente analisados quanto à sua adequação e profundidade conceitual em frases que indicassem valores e atitudes dos autores/editores.

As reportagens estão apresentadas a seguir por mês, ano, título, paginação e local onde foram realizadas, demonstrando a abrangência nacional da revista. Elas aconteceram em 22 municípios de 14 estados, o que representa pouco mais de 50% das unidades federativas do Brasil.

1. Abril de 2001 “O bom é ensinar a pescar”, páginas 30 e 31, Recife/PE.
2. Junho/Julho de 2001 “Sabedoria que vem da mata”, páginas 40 a 42, Tabatinga/AM, Benjamin Constant/AM e Rio Branco/AC.
3. Agosto de 2001 “Cenários naturais para boas aulas de Ciências”, páginas 40 e 41, Poconé/MT e Cuiabá/MT.
4. Setembro de 2001 “O que as cidades têm a ensinar”, páginas 30 a 32, São Paulo/SP, Vila Velha/ES e Catas Altas/MG.
5. Setembro de 2001 “O escritor e o vaqueiro”, páginas 38 e 39, Três Marias/MG.
6. Outubro de 2001 (premiação) “Em busca do conhecimento”, página 16, Florianópolis/SC.
7. Outubro de 2001 (premiação) “Reconhecendo o território”, página 16, Porto Alegre/RS.
8. Janeiro/Fevereiro de 2002 “Um espaço para brincar e aprender”, página 20 a 23, Ribeirão Preto/SP, Porto Alegre/RS e Feira de Santana/BA.
9. Janeiro/Fevereiro de 2002 “Vamos cuidar desta terra”, página 36, Carapicuíba/SP.
10. Março de 2002 “Direto da fonte”, páginas 38 a 40, Goiás/GO.

11. Março de 2002 “Lições da natureza”, páginas 30 a 32, São Paulo/SP, Currais Novos/RN; São Vicente/RN e Natal/RN.
12. Outubro de 2002 (premiação) “Consciência e preservação”, página 16, Figueira do Oeste/PR.
13. Outubro de 2002 (premiação) “Mexa-se e oriente-se”, página 18, Niterói/RJ.
14. Outubro de 2002 (premiação) “Pequenos cientistas do mar”, página 20, Ubatuba/SP.

As fotografias também foram observadas. Entre as 14 reportagens, 8 apresentam 5 fotografias em média, todas em ambiente externo, retratando professores e alunos ao ar livre. Uma delas só tem ilustrações, as outras 5 apresentam apenas uma foto, em reportagens de meia página, mas também foram tiradas ao ar livre, todas bem ilustrativas. De modo geral, conclui-se que as reportagens apresentam fotos e ilustrações com riqueza de detalhes, podendo-se afirmar que, ao editarem, os responsáveis foram cuidadosos em torná-las atrativas e representativas.

Tabela 1. Enumeração das reportagens e quantificação das palavras-chave

Reportagem/	1	2	3	3	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	Totais
Termos															
Aprender	5	7	2	2	1	2	1	7		1	3	1	1	1	34
Ecossistema			2						1		7			3	13
Educação ambiental		2					1								03
Entorno		1													01
Meio ambiente	1		1					2		2	1			2	09
Preservação	3	1	2	1			1	2	3	1	1				15
Projeto interdisciplinar	3		1												04
Realidade	1	1					1		1	2					06

Conforme se observa na Tabela 1, mesmo sendo “preservação” a segunda palavra mais mencionada (sendo a primeira “aprender” diretamente ligada ao objetivo da revista) não há, entre as reportagens pesquisadas, nenhuma menção com definições ou conceitos do que venha a ser preservação, ficando apenas subentendido, fato que merece atenção levando-se em conta a importância da temática ambiental para a sobrevivência da espécie humana, o alcance e propósito educador do veículo.

Outro termo bastante recorrente no discurso ambientalista, normalmente confundido com preservação, mas ausente nos textos, é “conservação”, conforme discutido anteriormente, e que nos remete à “força” do termo e certa contradição, pois conservar é o que está mais ao alcance do cidadão comum, e preservação caberia às políticas públicas em geral. Apesar de ser a terceira palavra mais citada, optou-se por não discutir “ecossistema”.

Citado nove vezes, considera-se que o termo “meio ambiente” mereceria um maior esclarecimento, pois todos têm direito a ele, e quando ecologicamente equilibrado, é bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, garantido pela Constituição Federal, conforme o art. 225. Em geral, ele é considerado como algo fora, externo e independente do próprio ser que o observa, contrariando o que vários autores colocam como visão sistêmica, holística, complexa, já comprovada pelas pesquisas mais recentes na Física Quântica, que demonstram a interconexão e interdependência entre todas as coisas, como o fato de que o olhar do pesquisador afetar um experimento. Meio ambiente diz respeito a tudo, o ser humano é componente “indivisível” de onde está inserido, seja o entorno mais próximo ou o mais distante, tudo está integrado e interage continuamente.

Tanto “educação ambiental” quanto “projeto interdisciplinar” foram pouco citados, e deveriam ser mais enfatizados, explicitados e aprofundados, pois estão previstos nos Parâmetros Curriculares Nacionais, ferramenta indispensável ao professor. Outra possibilidade, útil ao professor, seria apresentar as atividades e mencionar se estão vinculadas com o projeto político pedagógico da escola, até como atividade interdisciplinar, por exemplo; merecendo uma janela ou *link*

não apenas para a elucidação dos termos, mas de como eles estão interligados e são oportunos para o debate da questão ambiental e as políticas públicas no âmbito do Ensino Formal.

Outros termos importantes no discurso ambientalista e que subsidiam teoria e prática como autonomia, participação, percepção, identidade, biodiversidade, natureza, ecologia, sustentabilidade entre outros, estavam praticamente ausentes. Portanto, considera-se relevante buscar associação à política ambiental e outros documentos fundamentais, pois se preconiza uma educação ambiental contínua e permanente. Curiosamente, o termo “estudos do meio” foi citado apenas em duas reportagens, de onde se pode concluir que, apesar da prática ser conhecida e utilizada na vida escolar, o conceito ainda não foi consolidado pela revista.

A seguir, apresentam-se trechos retirados de algumas reportagens para servirem de suporte para uma discussão à luz da ecocrítica e que será alimentada por questões postuladas por Glotfelty e apresentadas por Couto (2007). Trata-se de questões que certamente servirão a outros trabalhos: como a natureza está representada?; os valores expressos são consistentes com a sabedoria ecológica?; como e para que a crise ambiental vem-se imiscuindo na literatura contemporânea (para nós, na mídia de massa) e na cultura popular?; que concepção da natureza está imbuída nos relatórios do governo, nos anúncios das grandes corporações industriais, nos documentários televisivos sobre natureza e com que objetivo?

Na reportagem 1, “O bom é ensinar a pescar”, alguns comentários feitos pela professora, organizadora da atividade, reforçam que há diferenças entre comunidades tradicionais (que conservam) e as urbanas (que não conservam terra e cultura, portanto destroem). Ao se referir à “condição de vida dos pescadores” ser “muito diferente da conhecida pelas crianças”, explicou a docente que, “embora ganhem menos dinheiro, aquelas pessoas têm o mesmo valor que os moradores da cidade. Elas preservam sua terra e sua cultura, o que é muito importante”. Assim, é possível, por indução, afirmar que os moradores das cidades destroem, não preservam a cultura, porém, ganham mais dinheiro, portanto são equivalentes (já que têm o mesmo

valor de uma comunidade tradicional) aos que mantêm os costumes sem tanto impacto ao meio ambiente.

A reportagem 2, “Sabedoria que vem da mata”, apresenta a produção de corantes a partir de plantas e sementes, junto aos povos indígenas, como tema gerador dos conteúdos trabalhados em Artes, Ciências, História, Matemática. A experiência é muito bem descrita, rica em detalhes. Ao citar “Educação Ambiental”, o comentário é de que “a mensagem é retirar da natureza apenas o necessário”, deixando claro o reducionismo do termo, sendo a natureza apresentada (como sempre) como provedora, sem discussão do que é “necessário” ou suficiente. A ideia é reafirmada pela frase seguinte: “a floresta será a maior riqueza de nossos filhos”. Ora, a floresta amazônica (bem como os outros biomas brasileiros) já não é a nossa maior riqueza? O verbo deveria estar conjugado no presente, é necessário preservá-la hoje, mesmo sendo uma riqueza desconhecida; e, poderiam também ter desdobrado a discussão acerca do que vem a ser sustentabilidade nas suas diversas dimensões ou o ecodesenvolvimento proposto por Ignacy Sachs há mais tempo.

Poderiam também mencionar a importância - reconhecida internacionalmente - da biodiversidade biológica brasileira. Hoje, após mais de 10 anos das reportagens, é possível aliar o conceito de biodiversidade biológica à perda de diversidade linguística, perdas que podem reforçar um processo de alienação. A ideia de “monocultura mental”, metáfora proposta por Shiva (2003, p. 25), faz crítica à biodiversidade que se perde pela monocultura na agricultura, que além do uso de técnicas e métodos altamente impactantes, que visam à manutenção da concentração de capital, diluem o saber, pois “dividem artificialmente a planta em domínios separados sem partes em comum, com base nos mercados isolados de bens aos quais fornecem matéria-prima e recursos”. Assim, é possível inferir que, com o avanço das monoculturas perde-se tanto a biodiversidade quanto a liberdade de pensamento, de criação e conexão com a vida.

Observa-se na reportagem 11, “Lições da natureza”, que há um nível satisfatório de detalhamento do estudo do meio. O contato direto dos estudantes com o ambiente natural - a caatinga - é valorizado.

No entanto, apresenta frases que acabam esvaziando a importância da questão ambiental e, certamente, confundindo o professor: “Nos últimos anos, a variedade e exuberância da natureza brasileira estão se materializando nas aulas de meio ambiente com uma frequência cada vez maior em várias partes do país”. Qual foi a pesquisa realizada que permite afirmar sobre o aumento dessa frequência? Isso se deu por alguma política pública ou por algum programa de formação de professores? Além disso, parece ser um equívoco dizer que a variedade e exuberância da natureza estão se materializando numa aula. Seria isso possível? Existe uma aula ou disciplina de “meio ambiente”? Os estudos do meio foram realizados sob quais concepções de meio ambiente? Ao serem apresentados os problemas e impactos causados pela principal economia e fonte de renda da região, a produção de cerâmica a partir da queima de carvão, causando desmatamento e desertificação, inexistente uma perspectiva de busca de solução para o problema - ele é apenas mostrado, apresentado sem motivar reflexões. Já ao final, colocado como “resultados do estudo”, há outro exemplo que reafirma a inconsistência de alguns conceitos, como o de reciclagem. Um aluno entrevistado diz que “desde o ano passado (...) participava de um projeto de reciclagem de lixo promovido pela professora de ciências”. Animado com a atividade de estudo do meio, o aluno diz que vai fazer uma “campanha de conscientização”. Sobre esse tema, é fundamental lembrar o que disse Paulo Freire, que ninguém conscientiza ninguém, as pessoas se conscientizam mediadas pelo mundo. Além disso, a urgência de enfrentamento dos problemas trazidos pelo modelo de economia e de consumo predominante é tamanha que requer muito mais, requer sensibilização acrescida de mudança urgente nas atitudes, passar da alienação à ação conjugada e emancipatória. O cidadão deve estar consciente do seu direito de participação e de que para isso, pressupõe-se a valorização de uma característica da pessoa humana: a de ser “um ente associativo, porque o ser humano não existe sozinho” (DALLARI, 2001, p. 86).

Finalizando os comentários, acerca da reportagem 12, “Consciência e preservação”, notamos que é apresentada a iniciativa de uma professora de levar os estudantes a conhecer uma voçoroca no

município, medi-la e até analisar a permeabilidade do terreno. E, “para impedir que o espaço aberto pela erosão continue sendo utilizado como lixão (...) fizeram placas de advertência”. Poderia ter sido uma excelente oportunidade de dimensionar voçoroca e erosão, as perdas e os custos associados a elas e, ainda, suscita a dúvida: eles estavam analisando um desses fenômenos, qual deles ou será que até mesmo os dois? Sobre as placas pode-se comentar que, certamente, foram feitas sob a ideia do poder de conscientização (que todos julgam ter), como se a presença das placas (com quais dizeres?) garantisse o destino adequado de resíduos sólidos. Em “defesa” da questão ambiental há infinitos exemplos que são de ações pontuais, ilustradas por atividades que duram um dia ou mesmo uma ou duas horas (como uma carta à secretaria de meio ambiente que foi escrita e enviada por eles). A reportagem finaliza assim: “a resposta ainda não chegou, mas todos aprenderam como o homem pode causar danos ao meio ambiente”. Será que é preciso dar ênfase a aprender e a valorizar (e ensinar) como causar danos? Não seria mais proveitoso aos leitores/educadores poderem ler e aprender como evitar os danos ao meio ambiente e, assim, construir uma atitude pró ativa junto aos alunos?

Certamente caberia uma reflexão sobre quem é o “homem”? Ora, o “homem” somos todos nós, indivíduos e coletividade. Além disso, faltou pelo menos uma pergunta fundamental: o que podemos fazer realmente para minimizar/evitar novos danos ao meio ambiente? Se nós causamos, o que precisamos fazer para “mudar de rota”? Quais são os poderes atribuídos ao cidadão? Uma ação civil pública? Por que uma ferramenta tão importante, que dá poder ao cidadão, é praticamente desconhecida?

A via da destruição está impregnada, tornando-se comum no dia a dia, como a criminalidade, que afinal são violências oriundas, talvez, de uma mesma fonte, de uma mesma crise de percepção; e, sobre a percepção dos fenômenos que afetam os indivíduos. Para Halliday, conforme Ramos (2009), os seres humanos parecem estar mal preparados para lidar com as mudanças que ocorrem atualmente, respondendo bem às mudanças repentinas e/ou catastróficas, mas respondendo mal a mudanças lentas e graduais.

Para obtermos alguma compreensão da realidade é importante realizar ações encadeadas, diversas, continuadas, efetivas e que nos levem à contramão do *status quo*, da mesmice, da normalidade expressa cotidianamente na mídia de massa que anestesia a cada instante. Castoriadis (1992, p. 77) comenta, ao abordar a questão das relações entre o seu saber e seu poder, que a humanidade moderna realmente não ouve o essencial: a relação (que não há) entre o crescimento da tecnociência - irresponsável e incontrolável - “e o *impoder* manifesto das coletividades humanas contemporâneas”, que se traduz numa passividade dos humanos.

Considerações finais

Para finalizar, considera-se que diversos termos provenientes do discurso ambientalista têm tido, nas últimas décadas, seus conceitos visivelmente “esvaziados”, fato que causa certa estranheza se avaliarmos o grande alcance da temática desde a Primeira Conferência de Meio Ambiente e Desenvolvimento em Estocolmo em 1972, mas, principalmente, após a II Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano, a Rio 92 que teve como alguns dos produtos a Agenda 21, o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Convenção sobre Mudanças Climáticas, a Convenção de Diversidade Biológica, o Fundo para o Meio Ambiente, entre outros, que inclusive deram amparo a diversas políticas públicas.

Na mídia de massa, seja por meio da imprensa falada, escrita ou digital, há espaço para a divulgação cotidiana de assuntos relacionados à questão ambiental. O espaço está garantido, mesmo se tratando ou não de notícia, isto é, de um fato novo.

Os conceitos deveriam trazer o escopo, a contextualização, o sentido - mesmo que polifônico ou polissêmico - da questão ambiental; mas não, seus significados são, muitas vezes, divulgados com equívoco, dando margem à confusão ou mesmo ao caráter

dúbio; são atribuídos de modo aleatório, como se não houvesse, na Ciência, explicações suficientes. Essa prática de desconstrução e deturpação do conhecimento, do saber, se dá por interesses dos mais diversos, mas que, em geral, visam ao lucro e favorecimento de alguns setores, como o econômico, aliado aos poderes políticos partidários, impregnados que são de ideologias tendenciosas. Assim, muitas vezes dão visibilidade a planos e projetos por terem “responsabilidade social e ambiental”, mas que não passam de *marketing* “verde”, *greenwashing* ou *greenspeak*.¹³

Desde a perspectiva dos estudos críticos do discurso, Fairclough (2008) entende que as ideologias são significações/construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais), que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou mesmo a transformação das relações de dominação. Para o autor, as ideologias embutidas nas práticas discursivas são muito eficazes quando se tornam naturalizadas e atingem o *status* de ‘senso comum’. E essa propriedade estável e estabelecida das ideologias não deve ser muito enfatizada, porque quando o autor faz referência à ‘transformação’ aponta a luta ideológica como dimensão da prática discursiva, uma luta ideológica para remoldar as práticas discursivas e as ideologias nelas construídas no contexto da reestruturação ou da transformação das relações de dominação. Sugere Fairclough que não temos de escolher entre diferentes, possíveis ‘locais’ de ideologia, que parecem parcialmente justificados, e nenhum deles parece inteiramente satisfatório.

Pelo fato de os termos científicos não serem monossêmicos, e transitarem muito além da educação formal, os responsáveis pelos veículos de comunicação (que com a mídia de massa passam pelo viés ideológico) não podem desprezar e/ou ignorar suas origens, história, ética e estética contextualizadas em diferentes realidades econômicas, sociais, ambientais, culturais e políticas. Sabe-se que os termos:

13. Em “Meio ambiente e meios de comunicação” de Luis Fernando Angerami Ramos (1996) e <http://www.ideiasustentavel.com.br/2010/10/greenwashing-no-brasil/>.

sustentabilidade¹⁴, natureza, natural, preservação, conservação, conscientização, meio ambiente, reciclagem¹⁵, lixo¹⁴ (ou resíduo, pois será reutilizado, reciclado?) são exaustivamente utilizados e, por isso mesmo, têm seguido um caminho difuso, desnaturalizando na mídia de massa, desgastando seu sentido original, diluindo seus objetivos e significados, confundindo o telespectador. E, no caso da temática desta pesquisa, apesar de as reportagens serem interessantes à temática ambiental, tratam os assuntos de forma superficial, sem nexos com políticas públicas ambientais ou documentos fundamentais que serviriam de apoio ao professor.

Pode-se apontar dois grandes equívocos do pensamento racional e imediatista presentes na contemporaneidade e comum nos discursos políticos: o primeiro, e sempre presente, trata de alimentar a crença de que existe apenas uma solução para os problemas, como quando se atribui as soluções ao desenvolvimento tecnológico, desprezando, portanto, outros fatores e o pensamento complexo de que há interligação de tudo o que há em Gaia (Morin; Kern, 1995; Lovelock, 1987). O segundo é sobre a grande dificuldade dos governos de pensarem e planejarem cenários, ações e políticas públicas para longo prazo, que sejam 30, 50 anos, já que se fala tanto em sustentabilidade e nas próximas gerações. Quantas seriam?

Ao dizer que precisamos respeitar as próximas gerações e garantir que elas tenham condições de viver neste planeta com qualidade de vida, é importante a presença da dimensão 'liberdade' que os humanos devem ter para salvaguardar aquilo que valorizam e a que atribuem importância. Conforme Veiga (2008, p.146), nunca sabemos ao certo

14. Sustentabilidade advém do Relatório Brundtland de 1987, hoje é compreendido como sendo um conceito sujeito a múltiplas interpretações. Para Inacy Sachs, principalmente os meios econômicos, sociais e ambientais devem ser respeitados simultaneamente. Recomenda-se a leitura de "Educação e sustentabilidade: Possibilidade e falácias de um discurso", de Gustavo Ferreira da Costa Lima. http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro1/gt/sociedade_do_conhecimento/Gustavo%20F.%20Costa%20Lima.pdf. Acesso em 14/06/2012.
15. Sobre reciclagem considera-se indispensável a leitura do artigo "O CINISMO DA RECICLAGEM: o significado ideológico da reciclagem da lata de alumínio e suas implicações para a educação ambiental" de Philippe Pomier Layrargues, http://www.sense8.com.br/clientes/amda/imgs/up/Artigo_06.pdf

quais serão as necessidades destas “próximas gerações”. Considera-se primordial e urgente o exercício de projetar e pensar em outras escalas, em ousar uma Educação mais séria e comprometida com a realidade e diversidade que são ao mesmo tempo desafios e renovação de caminhos e possibilidades.

A palavra (ou o conceito de ambientalismo) incluída num discurso, por si só não garante a sua “encarnação” e, assim, conceito tomando forma torna-se um ente capaz de dar sentido, significado, significativo e, assim, quem sabe, luz à solução aos problemas mais urgentes e cotidianos. A dificuldade de se utilizar adequadamente os conceitos pode ser um fator que leve a questão ambiental a ser mais um cenário postergado, em contradição com a urgência anunciada tanto no meio científico quanto na própria mídia de massa. Assim, apresentou-se uma análise crítica de conceitos do discurso ambientalista, buscando-se elucidar a temática ambiental à luz da ecocrítica.

Afinal, os nossos problemas comuns pertencem a todos, somos humanos vivendo entrelaçados numa rede invisível. À Terra está garantida uma vida infinitamente mais longa do que possamos sequer imaginar. Ela não precisa de nós como nós precisamos dela, portanto, é preciso salvarmos a nós mesmos. Virão do ser humano (adulto engajado), que recebeu educação e apoio de políticas públicas sérias, as respostas às intervenções. São e serão elaboração humana o aprendizado e a transformação ética, estética e política para uma vida digna e feliz.

Recebido : 19/08/2012

Aceito: 05/11/2012

sandrdocerrado@gmail.com

rlestinge@yahoo.com.br

Referências bibliográficas

- CAPRA, F. O ponto de mutação. São Paulo : Cultrix, 1982.
- _____. A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo : Cultrix, 1996.
- CASTORIADIS, C. Encruzilhadas do labirinto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- COUTO, H. Ecolinguística: estudo das relações entre língua e meio ambiente. Brasília: Thesaurus, 2007.
- DALLARI, D. Direito de participação. In: Sorrentino, M. (org.) Ambientalismo e participação na contemporaneidade. São Paulo: EDUC, 2001, p.85-114.
- DEMOOR E. O jardim como currículo. Revista Pátio, 13: 11-15, 2000.
- FAIRCLOUGH, N. Discurso e mudança social. Brasília: Universidade de Brasília, 2008.
- FREIRE, P. Extensão ou comunicação? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- LOVELOCK, J. Gaia: um novo olhar sobre a vida. Lisboa: Edições 70. 1987.
- MORIN, E.; KERN, A. B. Terra-pátria. Porto Alegre: Sulina, 1995. 189p.
- MORIN, E. Educar na era planetária. São Paulo: Cortez/Unesco, 2003.
- _____. Os sete saberes necessários à educação do futuro. São Paulo: Cortez, UNESCO, 2000.
- _____. Educar na era planetária. São Paulo: Cortez, UNESCO, 2003.
- LESTINGE, S.; SORRENTINO, M. Estudos do meio para compreensão da realidade. Ciência & Educação, 14: 601-19, 2008.
- BRASIL. PCN. Parâmetros curriculares nacionais: meio ambiente e saúde. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- RAMOS, R. O discurso do ambiente na imprensa e na escola - uma abordagem linguística. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2009.
- SHIVA, V. Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gaia, 2003.
- SORRENTINO, M.; TRAJBER, R.; BRAGA, T. (orgs.). Cadernos do III Fórum de Educação Ambiental. São Paulo: Gaia, 1995b.

_____. “Vinte anos de Tbilisi, cinco da Rio 92: A Educação Ambiental no Brasil”. Debates Socioambientais. São Paulo, CEDEC, ano II, nº 7: 3-5, jun/jul/ago/set 1997.

VEIGA, J. E. Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.